



Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6

Marcos William Kaspchak Machado
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

Marcos William Kaspchak Machado

(Organizador)

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas
6 [recurso eletrônico] / Organizador Marcos William Kaspchak
Machado. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. –
(Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-166-4

DOI 10.22533/at.ed.664191103

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.
I.Machado, Marcos William Kaspchak. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “*Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3*” aborda uma série de capítulos de publicação da Atena Editora, subdivididos em 4 volumes. O volume VI apresenta, em seus 31 capítulos, um conjunto de estudos acerca do papel político, histórico, urbanístico e geográfico nas modificação e construção dos espaços sociais modernos.

As áreas temáticas da ciência política e histórica nos faz entender o papel dos agentes públicos na construção social, bem como as modificações ativas, muitas vezes influenciadas por estas políticas, nos ambientes geográficos e urbanísticos atuais.

O contexto social contemporâneo é um reflexo das ações direcionadas pelas políticas de desenvolvimento regional e sustentável. Além das iniciativas estatais, observamos o papel da cooperação social no desenvolvimento regional e na formação de novas estruturas sociais e urbanísticas.

Por estes motivos, o organizador e a Atena Editora registram aqui seu agradecimento aos autores dos capítulos, pela dedicação e empenho sem limites que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços inerentes ao tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de conhecimentos e novos questionamentos a respeito do papel transformador da educação, e auxilie os estudantes e pesquisadores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área social.

Boa leitura!

Marcos William Kaspchak Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DA RETÓRICA À ERÍSTICA DOS DISCURSOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES	
Álvaro Jáder Lima Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.6641911031	
CAPÍTULO 2	18
LEVANTAMENTO DO IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE MICROCRÉDITO RURAL NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira	
João Batista de Oliveira	
Monica Aparecida Tomé Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911032	
CAPÍTULO 3	29
CONSTRUÇÕES MITOLÓGICAS NA POLÍTICA: A DISPUTA PAULISTANA ENTRE PSDB x PT NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016	
Aryovaldo de Castro Azevedo Junior	
Fabio Caim Viana	
Hertz Wendel de Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.6641911033	
CAPÍTULO 4	44
OLIVA ENCISO: A PRIMEIRA DEPUTADA DE MATO GROSSO	
Dayane Freitas de Lourdes	
DOI 10.22533/at.ed.6641911034	
CAPÍTULO 5	61
ASSOCIATIVISMO, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO ESPÍRITO SANTO	
Anselmo Hudson Nascimento Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911035	
CAPÍTULO 6	77
REFLEXÕES SOBRE TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORDESTE PARAENSE	
Suellen Lemes Freire Santos	
Márcia Brito da Silva	
Rosana Cardoso Rodrigues da Silva	
Romier da Paixão Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.6641911036	
CAPÍTULO 7	84
A DINÂMICA DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PAU DOS FERROS NO ÂMBITO DO CRESCIMENTO DAS CIDADES: APRECIÇÕES	
Ana Paula de Queiroz	
Franciclécia de Sousa Barreto Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6641911038	

CAPÍTULO 8	100
OBSERVATÓRIO GEOGRÁFICO DA FRONTEIRA SUL: UMA PLATAFORMA DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES REGIONAIS	
Juçara Spinelli Leonardo Mancia Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911038	
CAPÍTULO 9	111
MEIO AMBIENTE E SAÚDE: UMA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL	
Edmeire Samali Alencar de Brito Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.6641911039	
CAPÍTULO 10	123
<i>BRAZIL INSTRUMENTARIUM</i> : TIMBRE E IDENTIDADE CULTURAL	
Alice Lumi Satomi Lucas Benjamin Potiguara	
DOI 10.22533/at.ed.66419110310	
CAPÍTULO 11	138
DUQUE DE CAXIAS (RJ) SITUAÇÃO PARADOXAL: CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL BAIXO	
Fernando Ribeiro Camaz	
DOI 10.22533/at.ed.66419110311	
CAPÍTULO 12	155
MACAÉ COMO CIDADE MÉDIA PELA ATRAÇÃO DE MOBILIDADES PENDULARES	
Célio Quintanilha Felipe Nascimento Lucas Maia	
DOI 10.22533/at.ed.66419110312	
CAPÍTULO 13	169
AUTOSSEGREGAÇÃO E ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO (SALVADOR, BA)	
Rinaldo de Castilho Rossi	
DOI 10.22533/at.ed.66419110313	
CAPÍTULO 14	185
A ÁGUA QUASE MINERAL... QUEM QUER COMPRAR?	
Marlucia Ribeiro Sobrinho Adinoraide Oliveira dos Santos Ronaldo Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110314	
CAPÍTULO 15	199
CRIAÇÃO DO “ESPAÇO CAATINGA” E OS DESAFIOS DA ARBORIZAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO	
Matheus Henrique Coutinho Bonfim Paulo Roberto Ramos Antonio Pereira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.66419110315	

CAPÍTULO 16	209
DO MANGUEZAL À COMUNIDADE: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESCARTE CORRETO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
Melissa Ferreira Santos Marcos Paulo dos Santos Maria Carolina Lima Farias Alexandre Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110316	
CAPÍTULO 17	216
CICLO DA MINERAÇÃO E FORMAÇÃO DE PEQUENAS CIDADES NA SERRA DO SINCORÁ-BAHIA: O EXEMPLO DE LENÇÓIS	
Dante Severo Giudice Michele Paiva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110317	
CAPÍTULO 18	229
O LICENCIAMENTO AMBIENTAL E A ANÁLISE ESPACIAL DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM RIO VERDE – GO	
Andréa dos Santos Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110318	
CAPÍTULO 19	244
INICIATIVAS ESTATAIS FAVORÁVEIS AO INVESTIMENTO DA REFINARIA PREMIUM I E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM BACABEIRA (MA): PERMANÊNCIAS E PERSPECTIVAS	
Hellen Mayse Paiva Silva Antonio José de Araújo Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110319	
CAPÍTULO 20	261
NOVAS CONSTRUÇÕES, NOVAS OCUPAÇÕES E NOVOS DESABAMENTOS: A VELHA “MALANDRAGEM” NA DINÂMICA IMOBILIÁRIA DA LAPA	
Flavio Sampaio Bartoly	
DOI 10.22533/at.ed.66419110320	
CAPÍTULO 21	278
O IMPACTO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA URBANIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE CASO EM PAU DOS FERROS, RN	
Leandro Gameleira do Rego João Freire Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.66419110321	
CAPÍTULO 22	295
PERSPECTIVAS SOBRE DESENVOLVIMENTO, ESCALAS E TRANSFORMAÇÕES EM SEROPÉDICA: O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, O ARCO RODOVIÁRIO METROPOLITANO E OS CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS	
Gabriel Oliveira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.66419110322	

CAPÍTULO 23	307
ANÁLISE ARQUEOMÉTRICA DE OCRES VERMELHOS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA DO ATLAS	
Luis Carlos Duarte Cavalcante Victor Hugo Gomes Tostes	
DOI 10.22533/at.ed.66419110323	
CAPÍTULO 24	323
ENERGIAS RENOVÁVEIS: UM ESTUDO SOBRE UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL	
Francisca Scarlet O'hara Alves Sobrinho Ítalo Ricardo dos Santos Luana Araújo Matos Vívian Moura da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.66419110324	
CAPÍTULO 25	332
PRAÇA ZAGURY: JARDIM SENSORIAL COMO PROPOSTA DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUITETÔNICO DE MACAPÁ –AP	
Leonardo Oliveira Galiano Manuella Dias Sussuarana	
DOI 10.22533/at.ed.66419110325	
CAPÍTULO 26	345
VERTICALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO BAIRRO: ALTERAÇÕES MORFOLÓGICAS NA PAISAGEM DO BAIRRO SANTA MÔNICA – UBERLÂNDIA (MG)	
Leandro Oliveira Silva Winston Kleiber de Almeida Bacelar	
DOI 10.22533/at.ed.66419110326	
CAPÍTULO 27	361
METODOLOGIA PARA INVESTIGAÇÃO DOS IMPACTOS DA INCORPORAÇÃO DO SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR DE ÁGUA EM CONJUNTO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE TUPÃ	
Waleska Reali de Oliveira Braga Camila Pires Cremasco Gabriel Ana Laura Klaic Mozena	
DOI 10.22533/at.ed.66419110327	
CAPÍTULO 28	373
INFLUÊNCIAS DOS PROJETOS URBANOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE PARAISÓPOLIS	
Wagner de Souza Rezende Angélica T. Benatti Alvim	
DOI 10.22533/at.ed.66419110328	
CAPÍTULO 29	397
DIRETRIZES BIOCLIMÁTICAS PARA HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL	
Carolina Mendonça Zina Karyna de Andrade Carvalho Rosseti Luciane Cleonice Durante	
DOI 10.22533/at.ed.66419110329	

CAPÍTULO 30 410

CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS DO SÍTIO ENTRADA DO CAMINHO DA CAIÇARA

José Weverton Lima de Sousa

Luis Carlos Duarte Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.66419110330

CAPÍTULO 31 443

ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA E DIMENSIONAMENTO ASSOCIADO À IMPLEMENTAÇÃO DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS EM UMA EDIFICAÇÃO VERTICAL

Carlos Eduardo Pscheidt

Andréa Holz Pfitzenreuter

DOI 10.22533/at.ed.66419110331

SOBRE O ORGANIZADOR..... 428

PERSPECTIVAS SOBRE DESENVOLVIMENTO, ESCALAS E TRANSFORMAÇÕES EM SEROPÉDICA: O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, O ARCO RODOVIÁRIO METROPOLITANO E OS CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS

Gabriel Oliveira Lopes

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio ambiente
Rio de Janeiro- RJ

RESUMO: Com a recente e constante ampliação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, alguns municípios começaram a passar por um processo de expansão e acumulação capitalista que iniciaram mudanças até mesmo no imaginário de seus habitantes. Sendo assim, consideramos que estas mudanças são responsáveis por transformações produtivas no município de Seropédica, ocasionando em fenômenos que se expressam como manifestações reais da busca do capital por novos espaços, e que são conhecidos como condomínios logísticos. Nesse sentido, faremos neste trabalho uma breve análise sobre onde, quando e como vieram estas estruturas para a cidade. Resgatando o II Plano Nacional de Desenvolvimento dos anos 70 e utilizando algumas categorias de análise essenciais para a uma melhor compreensão destes fenômenos. São elas o “desenvolvimento” e as “escalas”.

PALAVRAS-CHAVE: Condomínios logísticos; Desenvolvimento; Escalas.

ABSTRACT: With the recent and constant

expansion of the Rio de Janeiro Metropolitan Region, some municipalities began to undergo a expansion process and capitalist accumulation that initiated changes even in the imagination of his inhabitants. Therefore, we consider that these changes are responsible for productive transformations in the county of Seropédica, causing in phenomenas that are expressed as real manifestations of the capital search for new spaces, and which are known as logistic condominiums. In this sense, we will make in this work a brief analysis about where, when and how these structures came to the city. Rescuing the II National Development Plan (1970s) and using some categories of analysis essential for a better understanding of these phenomenas. They are “development” and “scales”.

KEYWORDS: Logistics Condos; Development; Scales.

1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, a metrópole carioca vem passando por aceleradas modificações em seu espaço urbano. Tais modificações não se restringem à sua área central, pois hoje, o grande aglomerado destes espaços possui um nome: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. E quando nos referimos às zonas mais afastadas da metrópole nos diálogos de

sua população residente, é que chegamos à conhecida “Baixada Fluminense”. Uns chamam de *periferia*, outros de *subúrbio*, mas a verdade é que ambos os termos já estão ultrapassados, uma vez que o espaço urbano não mais pode ser definido de forma repartida, com seus limites a cada dia menos possíveis de serem demarcados.

Ao andarmos pelas ruas do km 49, localizado no centro do município de Seropédica (RJ), pertencente à essa Baixada Fluminense, é possível perceber um movimento peculiar em suas transformações recentes, comparados ao que ocorria até meados dos primeiros anos 2000. Antes conhecida como uma cidade universitária, agora é representada pelos seus governantes, assim como em grande parte da população, como um “polo logístico-industrial” em processo de consolidação. Este “novo perfil”, que aos poucos está sendo firmado no imaginário de uma boa parcela de seus mais de 80 mil moradores, constitui um processo mais complexo do que o reducionismo de seus gestores. Afinal, para se difundir uma ideia de forma mais fácil muitos apelam para uma simplificação aparentemente beneficiadora.

Em primeiro lugar, devemos saber que esses fenômenos não se manifestam por si sós. Por conta disso, procuraremos interpretar de onde, como e quando eles vieram. Também nos preocupa investigar o porquê de estarem lá, além de saber quais atores sociais os impulsionam. Para isso, retornaremos a políticas transescalares iniciadas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), um projeto de estado implantado pela ditadura em meados dos anos 70 e que visava, dentre muitos objetivos, à expansão industrial na denominada região metropolitana do Rio de Janeiro— iniciando, assim, o embrião do projeto de criação do Arco Rodoviário Metropolitano. A espinha dorsal na localização desses condomínios logísticos.

Para analisarmos a unidade entre os condomínios, a acumulação e a expansão capitalista no espaço, precisaremos debater o discurso do desenvolvimento e do progresso, que há décadas reafirma as ações das hegemonias beneficiadas em seus mais diversificados interesses, nas mais diferentes escalas. Contextualizaremos tal discurso em alguns períodos que serviram de base para o modo “gourmetizado” como o vemos hoje, explicando-o mais à frente.

Por este motivo, em um primeiro momento, desenvolveremos alguns conceitos que podem nos ajudar. Direcionando nosso olhar para algumas categorias as quais precisamos apresentar para um melhor entendimento da acumulação/expansão capitalista em um lugar que, desde a sua criação tem suas representações marcadas na violência e no “atraso”. Serão essas as categorias *desenvolvimento* e *escalas*, fundamentais, a nosso ver, para uma perspectiva mais ampla de nossa análise.

O desenvolvimento desse processo manifesta curiosos fenômenos, os quais servem tanto como provas reais das transformações em vigência como também são reprodutores da própria acumulação de capital. Buscaremos, portanto, nesse trabalho, iniciar os estudos de um fenômeno que tem se espalhado rapidamente por áreas da baixada fluminense, adaptando-se a suas peculiaridades locais: o aparecimento dos já mencionados *condomínios logísticos*, consideramos tais estruturas como evidências

concretas da busca do capital por novos espaços.

2 | AS PERSPECTIVAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO. O DISCURSO INSTITUCIONALIZADO DO PROGRESSO

Há tempos que o discurso do desenvolvimento está ligado à ideia de progresso. Muitas áreas das ciências humanas já fizeram ferrenhas e contundentes críticas a essa concepção. Mas por que ela continua a existir? Por que ainda hoje os argumentos sobre o progresso, o crescimento econômico através das indústrias, a pseudo-geração de empregos e o ilusório aumento da renda ainda estão tão entranhados no imaginário de nossa sociedade, a ponto de ainda serem utilizadas por atores que fazem parte de uma conjuntura de hegemonia capitalista (no mais profundo significado da palavra) presente na Baixada Fluminense? Talvez a resposta esteja neste mesmo imaginário, desvendado por Castoriadis em sua periodização da modernidade:

“O período ‘moderno’ (1750 – 1950, para fixar as ideias) pode ser perfeitamente definido pela luta, mas também pela contaminação mútua e o emaranhamento destas duas significações imaginárias: autonomia de um lado, e expansão ilimitada da “mestria racional” do outro. Ambas mantêm coexistência ambígua sob o teto comum da Razão. Na acepção capitalista o sentido da Razão está claro: é o *entendimento*, isto é o que eu chamo de lógica conjuntista-identitária, encarnando-se essencialmente na quantificação e conduzindo à fetichização do ‘crescimento’ por ele mesmo.” (CASTORIADIS, 1992, p. 20).

Esta lógica conjuntista-identitária parte sempre do pressuposto de que o único objetivo da economia é a “maximização dos lucros”, ou seja, produzir sempre mais, com menos custo. Nesse sentido, Castoriadis traça um período da modernidade que segundo ele é marcado pelo conformismo generalizado que se estabeleceu após os movimentos reivindicativos da década de 1960, como se os ganhos sociais e as lutas ocorridas neste período tivessem dado um “fim” à necessidade de mudanças no modo de pensar e agir em relação ao capital. Tudo isso fortaleceu ainda mais a institucionalização do pensamento liberal no imaginário social e, conseqüentemente, na noção sobre desenvolvimento.

Castoriadis (1987) argumenta que não é possível serem criados indivíduos autônomos em uma sociedade heterônoma. Com certeza você deve estar se perguntando que relação isso tem com a nossa discussão. Entendemos que o Plano Nacional de Desenvolvimento da ditadura é exatamente um artifício heterônomo desse tradicional desenvolvimentismo.

“O desenvolvimento foi- e continua a ser em grande parte – uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática que trata as pessoas e culturas como conceitos abstratos, estatísticas que podem ser movimentadas para cima e para baixo em gráficos de progresso” (Escobar, 1995, p.44 citado por Ramdomsky, 2011, p. 153)

A análise de Escobar (1995) foi retirada de um trabalho de Ramdomsky (2011), mas sua importância nos “obrigou” a retomá-la. Ramdomsky, assim como Escobar,

são críticos do pós-desenvolvimento, programa que veio como um dos primeiros modos de pensar a desarticulação da noção tradicional desenvolvimentista. Ambos concordam com que apenas o pós-desenvolvimento não dá conta de uma construção que supere o (podemos assim denominar) desenvolvimento planejado:

“a) Dado su enfoque em el discurso, los proponentes del postdesarrollo pasan por alto la pobreza y el capitalismo, los verdaderos problemas del desarrollo. b) Presentan una visión muy generalizada y esencialista del desarrollo, mientras que em realidad hay vastas diferencias entre estrategias de desarrollo e instituciones. Tampoco se percataron de los cuestionamientos al desarrollo que se estaban dando localmente” (Escobar, 2005, p 22).

Encontramos em Ramdomsky (2011) um trecho semelhante a esta ideia:

“O pós-desenvolvimento não oferece soluções. Isso leva ao problema das capacidades de agência e de resistência nos locais em que projetos são conduzidos, dimensões pouco mencionadas. A avaliação de Pottier (2003) acerca disso é bastante segura: a crítica não percebe que qualquer projeto de desenvolvimento, na prática, é muito mais sujeito às demandas locais, mesmo que no discurso exista de praxe, um tom monocórdio.” (Ramdomsky, 2011, p 155).

Como vemos, em ambos os fragmentos de texto, os dois autores remetem ao local como ponto de partida de uma noção de desenvolvimento inovadora, apontando problemas em sua compreensão, além de questionamentos ainda não solucionados. Assim, Escobar tenta abrir uma nova porta para o desvendamento desse labirinto. O lugar aparece como conceito chave na criação de uma perspectiva sobre o desenvolvimento:

“Entretando, o fato é que o lugar – como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa – continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas. Existe um sentimento de pertencimento que é mais importante do que queremos admitir, o que faz com que se considere se a ideia de “regressar ao lugar” – para usar a expressão de Casey – ou a defesa do lugar como projeto – no caso de Dirlik – não são, afinal de contas, questões tão irrelevantes” (Escobar, 2005, p 1).

As concepções que Ramdomsky e Escobar trazem sobre olhar o desenvolvimento a partir do local ou, para uma colocação mais elucidativa, a partir do conceito geográfico de lugar, nos levam a outra lógica, mais dialética, de interpretação das realidades. Na esteira dessas visões, temos alguns exemplos em países vizinhos, como nos mostram Dávalos (2010), Radcliffe (2012) e Quijano (2010), que nos falam sobre as alternativas do “bem viver” (Sumak Kawsay), oferecendo-nos um olhar menos colonializado sobre o desenvolvimento:

“El denominado Bien Vivir, para ser una realización histórica efectiva, tiene que ser visto como un complejo de prácticas sociales orientadas a la producción y a la reproducción democráticas de una sociedad democrática, un modo distinto de existencia social, con su próprio específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativo, a la Colonialidad Global del Poder (entendida como las relaciones de poder em el mundo) y a la Colonialidad/Modernidad/Eurocentrada” (Quijano, 2010).

Acreditamos, portanto, numa visão que parte de uma posição totalmente diferente daquela imposta pela ordem global. Concordamos com Dávalos (2010, p.7), quando critica o fato de a perspectiva institucionalizada do neoliberalismo enxergar que “poner trabas al progreso es ser retardatário. Poner trabas al crecimiento es una aberración de los pubelos atrasados que, de forma imperativa, deben modernizar-se”.

Como uma tentativa de contraordem ao pensamento capitalista, povos que foram dominados por hegemonias locais coniventes com a concentração e acumulação de capital, criam hoje o “bem viver”, que segundo Dávalos, é proposto por:

“los mismos indígenas de Bolívia, Ecuador y Perú, los que ahora proponem un concepto nuevo para entender el relacionamiento del hombre con la naturaleza, con la democracia. Un concepto que propone cerrar las cesuras abiertas por el concepto neoliberal del desarrollo y el crecimiento econômico. Han propuesto el ‘sumak kawsay’, el ‘buen vivir’. (Dávalos, 2010).

O “bem viver” nos é apresentado como uma alternativa a este pensamento enraizado sobre o que significa o “desenvolvimento”, para o sujeito historicamente persuadido pelo modo de pensar ocidental. Ele seria, inclusive, uma alternativa à relação predatória entre sociedade e natureza, processo ao qual infelizmente chegamos, com carga total. O “bem viver” propõe o respeito a convivência mútua entre os povos desses países. E se é respeitado o espaço de vivência destes povos, são respeitados também os seus lugares, seus cotidianos.

A concepção do bem viver é completamente oposta à de um Plano Nacional. Enquanto ela parte de um desenvolvimento, feito de baixo para cima, o projeto governamental é realizado de forma exatamente inversa— portanto, mais impositivo e heterônomo. Deste modo, é intrigante saber que quase meio século depois, o II PND da ditadura militar é resgatado por um governo, a princípio de esquerda, porém com estratégias similares ao que se chama de “integração do território nacional”. Entendemos que essa tentativa de integração foi, na verdade, um meio para a expansão capitalista no espaço. No entanto, devemos sempre lembrar que o Projeto do Arco Rodoviário Metropolitano, naquele período, possui um contexto diferente deste concretizado recentemente. Buscaremos, agora, discutir um pouco as múltiplas circunstâncias desses períodos.

3 | DIFERENTES PERÍODOS DE UM MESMO PROJETO. O ARCO ANTES E O ARCO DEPOIS

“Como dizia o grande estadista inglês Winston Churchill, a democracia dá trabalho pra burro, mas não inventaram sistema melhor. Por isso, quando surge uma perereca no meio do caminho, então vai-se estudar que perereca é esta, qual a espécie, como fazer para garantir a procriação etc. O mesmo em relação aos sítios arqueológicos e com as desapropriações. Dá trabalho, atrasa a obra, mas isso faz parte do jogo democrático” (Sergio Cabral, 2011).

A fala do então governador do Rio de Janeiro, um dos responsáveis pelo início

da construção do segmento C do Arco Rodoviário, o mesmo que atravessa grande parte do município de Seropédica, chega a soar irônica. Para chegar ao seu fim, bem distante do discurso pseudo-democrático do ex-governador, o arco teve de passar por momentos importantes desde a criação de seu projeto. Dessa forma, nos embasamos nos dados divulgados pela secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro (2013) para detalhar alguns destes momentos.

1) 1974 – É discutida a necessidade de uma rodovia que ligasse a BR 040 (Washington Luis) e a BR101(Rio-Santos). Sendo criado o projeto da RJ-109 e integrado ao plano rodoviário estadual, embrião do Arco Rodoviário Metropolitano.

2) 1975 – A ideia é consolidada e integrada ao Plano Nacional de Desenvolvimento.

3) 1977 e 1984 – O Estado contrata um projeto de engenharia para o estudo da RJ-109.

4) 2006 – A ideia do Arco Rodoviário foi consagrada pelo Governo Federal com a finalidade de implementar uma ligação rodoviária entre os municípios de Itaboraí e Itaguaí. O EIA-RIMA do Arco é criado.

5) 2007 – A implantação do Arco Rodoviário é inserida no PAC- Plano de Aceleração do Crescimento do governo Lula. Este plano possui semelhança com o II PND, em muitos pontos.

6) 2008 – Após a consolidação, é estabelecido um Plano Plurianual orçamentário, em que os investimentos na pavimentação do anel rodoviário são incluídos. Assim são iniciadas as obras do que veio a ser a maior Autoestrada da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Como pudemos verificar, houve um “adormecimento” do projeto durante certo período de tempo. Mas é claro, com a quantidade de mudanças ocorridas em quase meio século, era de se esperar que um plano de expansão capitalista dessa magnitude enfrentasse seus “entraves”. Como disse o ex-governador Sergio Cabral (hoje preso por acusação de corrupção, inclusive em obras do Arco Metropolitano), estes entraves dariam “muito trabalho”.

Hoje, a situação é outra; com o tempo, o estado brasileiro tornou-se cada vez mais refém não só do capital externo, como também das grandes corporações nacionais, ou seja: empreiteiras, bancos, petroquímicas privadas e derivadas, empresas de segurança patrimonial, promotores imobiliários, construtoras e consórcios de terminais logísticos para aluguéis. Podemos dizer que acima das diversificadas esferas do poder público, predominam os atores do capital privado. Corrêa (2011) identifica esses atores com outros nomes, colocando-os como “agentes sociais ideais”, alegando que os tipos ideais de atores (ou agentes sociais), muitas vezes repetidos segundo ele, são os “proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos”. A partir da ação desses atores, é que o espaço é produzido em suas materialidades.

Trouxemos o exemplo do Arco para mostrar de onde vêm as transformações que estão ocorrendo no município de Seropédica. A fala do ex-governador, no início desse item, tem outra motivação: os entraves que a ele deram trabalho são, sob nosso olhar, ações de atores que resistem a essa política transescalar de governo (grupos sociais excluídos), em uma inegável tensão nacional-local. Isto faz com que a dimensão das escalas sejam fundamentais para uma maior clareza das transformações às quais nos referimos.

4 | A IMPORTÂNCIA DAS ESCALAS

Talvez uma das mais complexas categorias abordadas pela geografia, a escala, possa nos auxiliar a entender melhor os fenômenos espaciais ocorridos no âmbito das cidades, uma vez que, em havendo a mudança de escala, tanto dentro de uma prática espacial quanto de uma análise, modifica-se também o fenômeno, ou mesmo o seu curso.

Um dos grandes problemas em relação à utilização das escalas está em sua reificação. Ao entendê-las apenas como instrumentos utilitários para análise, o pesquisador acaba por coisificá-las e naturalizá-las, como se já houvesse uma escala pré-determinada para cada fenômeno, e como se a sua dimensão fosse facilmente delimitada. Contra esta visão, Smith (2002) e Marston (2000) apresentam a escala, da mesma forma que o espaço, como uma construção social. Esta perspectiva revolucionou a maneira como os geógrafos começaram a lidar com este conceito geográfico.

Se não há escalas pré-determinadas, se elas são todas socialmente construídas, então elas não são fechadas em si mesmas. Além de serem múltiplas e fluidas no espaço, também podem ser recriadas. Escala local, urbana, regional, nacional e global, são formas de o ser humano interpretar as múltiplas dimensões espaciais. Por ser tão difícil contextualizar espacialmente os fenômenos criados a partir da produção do espaço, é que certas noções de dimensões “grandes ou pequenas” são transformadas em nomes. Nesse contexto, Correa (2011) afirma:

“Não há uma escala que a priori seja melhor que outra. Sua escolha, para efeito de pesquisa, vincula-se aos propósitos do pesquisador, que constrói o seu objeto de investigação. Nessa construção, emerge a escala espacial apropriada, que ressaltará alguns pontos do real, minimizando ou eclipsando outros. O objeto construído é, em termos geográficos, escalarmente delineado.” (Correa, 2011, p 42).

Então, se o pesquisador conseguir ser coerente na hora de fazer o leitor compreender que, mesmo sem um limite estabelecido, é possível ter uma noção da abrangência segundo a escala escolhida, ele poderá dar a ela o nome que quiser. Isto nos remete a Moore (2008), que, ao expor o problema de a escala ser vista de maneira ontológica, propõe que o enfoque seja dado ao seu caráter epistemológico.

“O reconhecimento de que as escalas não são categorias substanciais de análise, mas categorias de prática, dirige nossa atenção para as maneiras pelas quais narrativas escalares, classificações e esquemas cognitivos restringem ou permitem certas maneiras de ver, pensar e agir. Ela se abre para investigar uma série de questões sobre como a escala opera como epistemologia, moldando o que “conhecemos” sobre o mundo. Afirmar que as escalas são epistemológicas – não ontológicas – não diminui sua importância. Em vez disso, alerta-nos para as camadas reais e importantes de categorização escalar, não apenas percepções pessoais, mas relações sociais” (Moore, 2008, p 15).

Moore traz a opção de nos preocuparmos mais com a questão prática das escalas do que com a aplicação do conceito a uma categoria de análise. De algum modo, isso vem ao encontro de nossa visão sobre o pesquisador e sua construção aberta, porém coerente, das escalas a serem trabalhadas.

As políticas de escalas são exemplos do lado prático que Moore defende. São elas políticas públicas que se movimentam pelos diferentes níveis escalares. Nessa continuidade, são também práticas espaciais. Pois a ação que as move provém de atores sociais (re) produtores do espaço.

O Plano Nacional de Desenvolvimento que precedeu o Arco Rodoviário, assim como o Programa de Aceleração do Crescimento, são exemplos de uma política trans-escalar (Brandão, 2003). Seus esboços foram feitos a partir de uma escala urbano-regional, e sua concretização realizada em escala nacional, chegando ao lugar sob diferentes formas: isenção fiscal de governos municipais e da esfera estadual; difusão do discurso do progresso pelas mídias conservadoras locais e a vinda de consórcios de empresas do ramo logístico (fazendo referência aos condomínios) são alguns desses exemplos. Por este ângulo, Vainer argumenta:

“O entendimento de que os processos econômicos, políticos, sociais e culturais tem dimensões escalares não pode conduzir à reificação das escalas, como se estas antecedessem e contivessem (como um receptáculo) os processos. O que temos são processos com suas dimensões escalares, quase sempre transescalares (Haverá ainda hoje algum processo social relevante cuja compreensão e modificação seja possível através de uma análise ou intervenção uniescalar?” (Vainer, 2001, p 146).

A resposta a pergunta feita por Vainer é objetiva: não, pois caso o contrário não estaríamos tratando do espaço. Portanto, nessa mesma sequência de pensamento, o autor constrói a sua idéia sobre os projetos trans-escalares e seus pesos nas transformações espaciais:

“(…) qualquer projeto (estratégia?) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos. Desta perspectiva, o que faz a força das corporações multinacionais está menos em sua globalidade que em sua capacidade de articular ações nas escalas global, nacionais, regionais e locais.” (Vainer, 2001, p. 147).

Fazem parte dessa articulação corporativa o que González (2005) denomina de “anclajes escalares” (âncoras escalares), e que ela afirma como um contingente do capitalismo. Para a autora, âncoras escalares são formas de organização territoriais em que estão inclusas aglomerações urbano-regionais, instituições estatais e a

economia global, transcendendo e entranhando a escala urbana. Como se fosse um “andaime geográfico”. As âncoras escalares estão em permanente processo de desterritorialização e reterritorialização, causado pela natureza contraditória das relações sociais do capitalismo (Gonzalez, 2005). Com o tempo, este processo de ancoragem é materializado nos tais andaimes. Porém, a qualquer momento eles podem sair de lá. A falta de solidez que o processo de acumulação capitalista possui é essencial para a própria reprodução desse mesmo processo. Além de compor uma das contradições fundamentais do capital: Os desenvolvimentos geográficos desiguais.

5 | DESENVOLVIMENTOS GEOGRÁFICOS DESIGUAIS E SUAS MANIFESTAÇÕES

Discutimos, na seção anterior, o quão importante é o jogo de escalas para o desenvolvimento e a sobrevivência do capitalismo. Grandes projetos possuem suas manifestações próprias em escalas mais próximas da vida cotidiana. Entendemos que os condomínios logísticos são exemplos de algumas dessas manifestações. Para nós, eles brilham como âncoras acabadas de serem fabricadas para serem utilizadas neste processo (que podem, por sua vez, ser “içadas” no momento em que for conveniente). Fizemos a contestação sobre os modelos fechados de desenvolvimento que ainda são colocados em prática em muitos lugares como Seropédica, seus municípios vizinhos, e boa parte da Baixada Fluminense. Entendemos que ao invés de um parâmetro de evolução das espécies transfigurada para as sociedades, o desenvolvimento é, diferente desta idéia, o movimento que as sociedades tomam. Se ele é benéfico ou não, depende para quem ele é colocado.

A imagem imposta ao modelo de desenvolvimento de Seropédica é um discurso “gourmetizado” daquele arquétipo da década de 70, planejado e fechado. “Gourmetizado”, pois hoje ele não se limita à batida ideia da “distribuição de renda”, mas veste a carcaça do desenvolvimento sustentável. Secretarias de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Seropédica e do município de Queimados são as que promovem à implantação das zonas industriais dessas cidades e dos terminais logísticos que circulam o Arco Rodoviário, além de outros eixos de integração da região metropolitana, como a Nova Dutra.

Mas a noção de desenvolvimento que trabalhamos aqui é aquela que faz parte da teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais. A origem dessas teorias está nas concepções sobre o desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, ao expor áreas completamente distintas da Rússia antiga, porém interligadas. Ele mostra que essas áreas foram se desenvolvendo a sua maneira. Na medida em que o capitalismo se expande, elas se combinam (Lowy, 1995).

Para Smith, ao concordar com Harvey, existe um movimento de diferenciação e equalização espacial reproduzido na acumulação capitalista, ao qual ele chama de “vaivém”. A contradição, porém, está neste próprio “equilíbrio”, nunca alcançado:

“Assim, Harvey observa, acerca do equilíbrio espacial de redes hexagonais de mercado de Losh, que “é uma paisagem de acumulação zero, totalmente em desconformidade com o modo capitalista de produção”. Desse modo, “o equilíbrio espacial, no sentido burguês a igualização é impossível sob as relações sociais do capitalismo, por razões profundamente estruturais”. “Quanto mais a produção atinge alguma condição de equilíbrio espacial (a igualização das taxas de lucro nos diferentes lugares, por exemplo), tanto maior será o incentivo competitivo para os capitalistas individuais romperem a base daquele equilíbrio, através da mudança tecnológica”. Isso transtorna e altera “a condição sob a qual o equilíbrio espacial anterior...foi atingido”. (Smith citado por Harvey, 1988, p 192).

Smith (1988), também nos mostra a importância das escalas na teoria do desenvolvimento desigual (que ele chama de oscilatória) e a relação que elas possuem com o movimento de “vaivém” do capital:

“Que o movimento em “vaivém” do capital seja evidente na escala urbana, mas que de forma alguma o seja na escala internacional, sugere limites a esta teoria do desenvolvimento desigual. Enquanto o capital tenta, com efeito, realizar o movimento em “vaivém” como meio de contrabalançar a decrescente taxa de lucro, quanto mais absolutos são os espaços que o capital deve criar para provocar a acumulação e localizar a desvalorização, maiores são as barreiras à mobilidade necessária para realizar o “vaivém” do capital”. (Smith, 1988, p. 216).

Ele termina concluindo que o desenvolvimento desigual é “no mínimo, a expressão geográfica das contradições do capital. A fixação geográfica do valor de uso e a fluidez do valor de troca traduzem-se nas tendências para a diferenciação” Smith (1988, p 217). Esta consideração também é reforçada por Harvey, que denomina esse movimento desigual e combinado da acumulação e expansão capitalista como “desenvolvimentos geográficos desiguais”.

Harvey (2014) considera que, dentre as 17 contradições presentes no capitalismo (sob as quais ele mesmo tanto se sustenta quanto pode vir a ruir um dia), a do valor de uso *versus* valor de troca é a primeira das contradições mais fundamentais. Ele coloca os desenvolvimentos geográficos desiguais como contradições mutáveis. Isso ocorre porque, do mesmo jeito que as estruturas da divisão do trabalho podem sofrer mudanças ao longo do tempo, esses desenvolvimentos também são capazes de se metamorfosearem.

Ponderamos que os desenvolvimentos geográficos desiguais não são apenas contradições mutáveis, mas também fazem parte daquelas fundamentais para a reinvenção do capital. São, portanto, condição e meio pelos quais este modelo de civilização sobrevive às crises que ele mesmo cria.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Tempo é dinheiro para o capital.”

A paráfrase de Harvey (2014, p. 140) ao ditado popular, sempre fez bastante sentido no mundo capitalista. Para o geógrafo marxista “Atravessar espaços custa tempo e dinheiro. A economia do tempo e do dinheiro é a chave para a lucratividade.

Cria-se um prêmio para inovações – técnicas, organizacionais e logísticas”. Inovações capazes de reduzir o custo e o tempo de deslocamento espacial. Isso faz com que os condomínios logísticos sejam tão importantes nas transformações de Seropédica, de seus municípios vizinhos, da Baixada Fluminense e da própria capital do estado.

Portanto, a compreensão do que é a logística, hoje um termo amplo e que está intimamente ligado aos meios de transporte e à chamada “destruição do espaço pelo tempo” de Marx, que Harvey diz ser um dos santos graais da atividade capitalista (e que posteriormente ele melhor denomina de “compressão espaço-tempo”), é vital para entender de que forma está ocorrendo o processo de acumulação/expansão capitalista em Seropédica.

Os condomínios, que já vinham sendo utilizados em outros lugares do Brasil, como Campinas, Garulhos, além de outras cidades do estado de São Paulo e do país, agora aparecem aos arredores de grandes extensões da rodovia BR-493. São materialidades reais da inovação mencionada por Harvey. São, também, âncoras da acumulação capitalista, módulos construídos por pré-fabricados que em pouco tempo podem ser transferidos a lugares mais atrativos ao capital. Resta saber, como, quando e onde surgiu essa inovação tecnológica (para além da Região Metropolitana), que representações as criaram e por elas foram e ainda serão criadas, que mudanças elas irão trazer para os múltiplos sujeitos de Seropédica, e a quem de fato elas vão (des) favorecer.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Antonio. **O modo Tran-escalar de análise e de intervenção pública**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. **Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade**. In: CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do Labirinto II, os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

CASTORIADIS, Cornelius. **O Mundo Fragmentado (Encruzilhadas do labirinto III)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987, p. 13- 26.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Sobre agentes sociais, escala e Produção do Espaço: um texto para discussão**. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. (orgs). *Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, p. 41-52. 2011.

DÁVALOS, Pablo. **El “Sumak Kawsay” (“Buen Vivir”) y las cesuras del desarrollo**. Jueves, 10 de junio de 2010.

ESCOBAR, Arturo. **O Lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pósdesenvolvimento?** In: LANDER, Edgardo (org). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLASO, p. 133-168. 2005.

ESCOBAR, Arturo. **El “postdesarrollo” como concepto y practica social**. In: MATO, Daniel (coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad em tiempos de globalización. Anais...* Caracas, Facultad de Ciências Econômicas y Sociales. Universidad Central de Venezuela. 2005, p.17-31.

- ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the third world.** Princeton, Princeton University Press. 1995.
- GONZÁLEZ, Sara. **La geografía escalar del capitalismo actual.** Barcelona: Scripta Nova, v. IX. N.189, 2005.
- HARVEY, David. **A Produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume. 2005. 159p.
- HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo.** Ed 1. Boi tempo. 2015. 291p.
- LOWY, Michael. **A teoria do Desenvolvimento Desigual e combinado,** mimeo. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>. Acesso em: 6 de janeiro de 2016.
- MARSTON, Sallie A. **The social construction of scale.** Progress in Human geography, n. 24, 2000.
- MOORE, Adam. **Rethinking Scale as a geographical category: from analysis to practice.** Progress in Human Geography, n. 32. 2008.
- QUIJANO, Aníbal. **“Bien vivir” para REDISTRIBUIR el poder. Los pueblos indígenas y su propuesta alternativa em tiempos de dominación global.** Informe 2009-2010 Oxfam. Pobreza, desigualdad y desarrollo em el Perú, Julio, 2010.
- RADCLIFFE, Sarah A. **Development for a postneoliberal era? Sumak Kawsay, living well and the limits to decolonization in Ecuador,** Geoforum. 43. 2012, 240-249.
- RAMDOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Desenvolvimento, Pós-Estruturalismo e Pós-Desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas.** Ver. Bras. De Ciências Sociais, vol. 26, n. 75, São Paulo: Fev. 2011.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria de Obras. Governo do Estado do Rio de Janeiro. SEOBRAS. **Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.** Disponível em: <www.rj.gov.br/web/seobras/listaconteudo?searchtype=listabyorgao&tipo=contato_s&p_id=16601>. 2013. Acessado em 06 de janeiro de 2016.
- RIO DE JANEIRO. Planalto. PR. **II Plano Nacional de Desenvolvimento.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF1975>. Acessado em 03 de janeiro de 2016.
- _____. **RJ inaugura arco metropolitano após 40 anos e espera. PIB R\$ 1,8 bi maior.** G1. O globo.com. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-dejaneiro/noticia/2014/07/rj-inaugura-arco-metropolitano-apos-40-anos-e-espera-pib-r-18-bi-maior.html>. Acessado em 04 de janeiro de 2016.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual, natureza, capital e a produção do espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 212p.
- VAINER, Carlos. **As escalas do Poder e o Poder das Escalas: o que Pode o Poder Local?** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 9. 2001. **Anais...** Rio de Janeiro. Subtema 1- Escalas de poder e Novas formas de Gestão Urbana Regional. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. P. 140-151.

SOBRE O ORGANIZADOR

MARCOS WILLIAM KASPCHAK MACHADO Professor na Unopar de Ponta Grossa (Paraná). Graduado em Administração- Habilitação Comércio Exterior pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especializado em Gestão industrial na linha de pesquisa em Produção e Manutenção. Doutorando e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com linha de pesquisa em Redes de Empresas e Engenharia Organizacional. Possui experiência na área de Administração de Projetos e análise de custos em empresas da região de Ponta Grossa (Paraná). Fundador e consultor da MWM Soluções 3D, especializado na elaboração de estudos de viabilidade de projetos e inovação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-166-4



9 788572 471664